

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE-ICMBIO

CONSELHO CONSULTIVO DO PARNA DE SÃO JOAQUIM

PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, na FAMOR, município de Orleans/SC, às quatorze horas e três minutos, iniciou-se a terceira reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim (PARNASJ). O Sr. Michel, presidente do Conselho, pede uma rápida apresentação dos presentes. Após as apresentações, trata da aprovação da ata da última reunião ordinária do Conselho e diz que foi encaminhada por e-mail a todos os Conselheiros. Todos concordam que a ata seja aprovada sem alterações. O Sr. Michel faz a leitura das correspondências: ofício do Instituto Serrano indicando os representantes deste no Conselho sendo: titular e suplente Srs. Luiz Guilherme Marins de Sá e Jordan Wallauer; ofício com a justificativa do Sr. Pedro Castilho, que por motivo de tratamento médico, não pode participar da reunião do Conselho, diz ter conversado com o Sr. Ademar Mantovani, seu suplente, porém acredita não ser possível sua presença. O Sr. Michel repassa aos conselheiros dados do Parque, gastos anuais, diz ter encaminhado por e-mail a todos e se quiserem tirar alguma dúvida, esta a disposição para responder. O Sr. Michel fala a respeito do calendário de reuniões para dois mil e doze, onde ficou decidido que as reuniões serão realizadas a cada três meses sendo realizadas sempre no horário de quatorze horas e nos respectivos locais e datas Grão Pará no dia dezesseis de maio, em Urubici, dia dezoito de agosto e em Bom Jardim da Serra, no dia dez de novembro. A respeito do lixo no Morro da Igreja, o Sr. Michel diz que não é viável por lixeiras, pois teria que ter alguém para retirar. Então, a Sr.^a Camila diz que poderá providenciar cerca de quinhentas unidades de sacolas. O Sr. Luiz sugere colocar algumas placas no local, e que também as próximas sacolas tenham o logo do Parque. O Sr. Michel pediu que o conselho decida o que será feito em relação a Cavalgada dos Aparados da Serra, que envolve aproximadamente quatrocentos cavaleiros e que sairia de dentro do Parque, questionou-se a questão de espaço para toda essa estrutura e principalmente o impacto que tudo isso trará. O Sr. Luiz diz que é uma opinião do Instituto Serrano que a cavalgada é uma atividade impactante, porém, uma grande área do Parque ainda são de fazendas com cavalos e gado, então dizer que haverá impacto é um tanto contraditório, diz também que apóia o evento pela divulgação do Parque e com isso fazer uma experiência desde que seja monitorada, por exemplo o “lixo”, que certamente ficara, diz ainda que a prefeitura de Bom Jardim da Serra, poderia entrar com uma contrapartida. O Sr. Evandro sugere que seja feito um projeto com detalhes da cavalgada e entregue na próxima reunião do Conselho, onde deverão constar todas as informações necessárias para a liberação, incluindo trajeto, limpeza e lugar para caminhões, fala que todos concordaram. Levantando a questão pendente da reunião anterior, Projeto de Lei para novo limite do Parna São Joaquim (PL 4589/2001), o Sr. Michel apresenta o mapa do antigo e do novo limite e pede que o Conselho de sua opinião. O Sr. Carlos Cassini, representante da FATMA, diz que com o novo limite haverá uma sobreposição da área

ocupada hoje pelo Parque Estadual Serra Furada, aproximadamente novecentos hectares, e também com o limite preliminar do futuro Parque Estadual Da Serra do Rio do Rastro, ele apresenta o mapa de como ficara o Parque Estadual da Serra Furada com a sobreposição. Acrescenta que nessa UC já estão com projeto para Centro de Visitantes e espaço multiuso, entre outras coisas, também coloca o Sr. Carlos, a questão que a FATMA tem a intenção de fazer uma integração entre Parna São Joaquim, Reserva do Aguai, Parque Estadual da Serra Furada e futuramente o Parque Estadual Serra do Rio Rastro. O Sr. Paulo Mundt, FATMA/SC – DPEC, diz ter sido surpreendido com a informação de que o novo limite irá se sobrepor ao Parque Serra Furada, que até então não era de seu conhecimento, mostra o projeto do Parque Estadual, porém informa que o Presidente da FATMA fez um documento para a Ministra do Meio Ambiente colocando a situação, e toda a preocupação em relação a isto, manifestação feita por escrito, está indo a Brasília, pois o projeto já está em pré-pauta para ir a votação, pedindo assim que o Conselho possa apoiar a retirada do Parque Estadual, pois ele já uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e esta consolidado, já tem projeto para estrutura, planejamento, organização, recurso e plano de manejo inclusive. O Sr. Paulo continua dizendo a todos que faça um pedido de retirada da área que ira sobrepor os dois Parques e que não sabe por que foi feito isto, já que o Parque já existia. O Sr. Michel diz que o Conselho deve dar sua opinião e que sem dúvida, esta terá grande importância quando for conhecida pela direção do ICMBio em Brasília. O Sr. Paulo diz que independente da decisão do Conselho, vai continuar buscando a exclusão do Serra Furada e também da ponta de Lauro Miller (PE Serra do Rio do Rastro). A Sra. Berenice diz que precisa encontrar um caminho de conciliação, considerando que o Projeto de Lei é muito importante, pois há cinquenta anos há inexistência de limites e há dez anos esta sendo trabalhado o novo limite, não podendo simplesmente jogar tudo fora. O Sr. Henrique diz que o projeto inicial era participativo e partiu da Associação da Santa Bárbara pedindo a retirada das áreas baixas de Bom Jardim da Serra. Então, o Ministério do Meio Ambiente resolveu analisar toda a situação, não só Bom Jardim da Serra, o IBAMA achou oportuno rever todos os limites, fez um estudo e com objetivo de proteger algumas nascentes e também alterar alguns pontos, que indicavam limites do Parque, mas que atualmente não podem ser identificados, pois já se passaram cinquenta anos. O Sr. Henrique também sugere procurar entrar em contato com o Sr. Sérgio Brant, pois talvez ele como assessor da Ministra possa ajudar, já que também conhece bem a região, sugere também que seja feito um termo de entendimento entre a FATMA e ICMBio, cedendo a área ao Parque Serra Furada.. O Sr. Paulo coloca que deseja evitar conflitos, porém não irá permitir que todo projeto do Parque Estadual seja abandonado, pois há um comprometimento com várias pessoas e também por estar em finalização. O Sr. Michel mostrou um mapa antigo, onde consta a participação da FATMA nessa decisão, acrescentando também que o Parque Estadual da Serra Furada, até o ano de dois mil e seis estava praticamente abandonado, podendo ser o motivo da inclusão deste no polígono do Parque Nacional. O Sr. Michel, diz que o Projeto de Lei esta tramitando desde dois mil e um, um longo período, e julga que a solicitação dos representantes da FATMA só seria viável se não houvesse um retrocesso. O Sr. Michel diz ainda que pode ser encaminhado um ofício dizendo que somos favoráveis a

solicitação de retirada da sobreposição, porém se o Projeto de Lei continuar em andamento, sem retrocesso. A Sra. Vanessa questiona o fato de não ter sido feito nenhum estudo, que não foi encontrado nada, nem audiência pública, e que para alterar os limites teria que ter todo um processo. Onde o Sr. Michel explica o processo, dizendo que houve um pleito para exclusão de áreas de Bom Jardim da Serra e esta solicitação foi encaminhada ao Congresso Nacional, passou pela Câmara dos Deputados, chegando ao Senado com a proposta de diminuir o tamanho do Parque, então houve interferência do Ministério do Meio Ambiente, que não aceitou o fato de querer diminuir de tamanho, e este Ministério, através do IBAMA fez um estudo técnico e uma contraproposta, georreferenciada, mantendo os quarenta e nove mil e trezentos hectares, proposta essa que foi encaminhada para o Senado, que a achou melhor, inclusive por manter a mesma área, aprovou e repassou de volta a Câmara e esta tramitando até agora, realmente não houve consulta pública, foi uma demanda da população e correu tudo pelas vias legais, o Ministério do Meio Ambiente é a posição do Executivo, estes Projetos de Lei estão em uma esfera superior onde um deputado que teoricamente é o representante do povo, fala em nome de todos. A Sr. Vanessa coloca a questão das pessoas que terão suas propriedades agora incorporadas, sem serem informadas de nada, isso lhe parece incorreto. O Sr. Michel explica que o Projeto de Lei passa por várias etapas no Congresso é uma delas e a de Comissão de Constituição e Justiça, que vai analisar se o tramite foi legal ou não, se já passou para votação é porque já passou por essa Comissão de Constituição e Justiça, que deu parecer favorável. O Sr. Paulo acredita que a área que foi suprimida no primeiro Projeto foi compensada com a área do Serra Furada. Onde o Sr. Michel concorda que uma parte sim. O Sr. Luiz diz que o assunto deve ser tratado com cuidado para que não entrem em conflito com a FATMA, que pode pressionar, retardar ou evitar a votação. O Sr Michel se dispõe a conversar com o procurador designado para o ICMBio/SC e tentar marcar uma reunião com este. O Sr. Jaime Kemper afirma ser favorável ao Projeto de Lei, desde que ele não atinja outras propriedades rurais da região. Ficou decidido que o Conselho irá se manifestar a favor do Projeto de Lei, pedindo a exclusão do Parque Estadual da Serra Furada, com as devidas justificativas, mas isto, se tal alteração não for atrasar a votação/andamento do Projeto de Lei, pois a prioridade é o fechamento desta questão. Retornando ao assunto da cavalgada no Morro Igreja, o Sr Áureo explica que a cavalgada acontece há quinze anos e o objetivo é mostrar as belezas da serra, a cavalgada se iniciará no dia quinze de julho e acredita que contará com a presença de aproximadamente trezentos cavaleiros e amazonas, diz que apesar do grande número de participantes e estrutura, todos são todas pessoas conscientes e o impacto será mínimo. O Sr. Michel questiona a preocupação com espaço para toda esta estrutura. Onde o Sr. Áureo diz que vai entrar em contato com o comandante da Aeronáutica para usar o espaço do portão para dentro, além do espaço do mirante e também se compromete a entregar o projeto na próxima reunião. Fica acordado pelos presentes que qualquer manifestação do Conselho sobre a cavalgada dependerá então do projeto a ser apresentado, onde deverá constar a autorização dos proprietários que cederam passagem aos cavaleiros. A reunião encerrou-se às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, Sílvia Maria Martins, funcionária terceirizada do Parque Nacional de São Joaquim –

ICMBio/SC, lavrei a presente ata de reunião, em que participaram as entidades conselheiras e convidados, conforme lista de presença anexa.

Entidade	Nome	Assinatura
Representante dos Proprietários e Moradores de Três Barras e Rio Hipólito	Evandro Crocetta	
Representante dos Proprietários e Moradores da Santa Bárbara	Berenice Martins da Silva	
FATMA / PAESF	Vanessa Matias Bernardo	
FATMA / PAESF	André Luiz Fernandes	
STRU	Salete Seemann dos Santos	
Pref. de Urubici	Beatriz Pinho de Oliveira	
Unibave	Fábio Boeing	
FAMOR	Camila Flor André	
Representante dos Proprietários e Moradores da Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e Serra Furada	Jaime Kemper	
Pref. de Bom Jardim da Serra	Áureo Ribeiro Cassettari	
ICMBio	Michel Omena	
ISCN	Luiz Guilherme M. de Sá	
* Outras pessoas presentes à reunião.	Valmor Eising, Silvia Martins – ICMBio, Paulo Mundt – FATMA, Ike Gevaerd – Biosphera Emp. Amb., Karla Straioto – FATMA, Carlos A. Cassini – FATMA, Thatiane Cordini Fernandes – FAMOR e Henrique B. Martins – Santa Bárbara, Silvia Maria Martins – ICMBio.	